

All correspondence referring to announcements and subscription of Government Gazette must be addressed to its administration office. Literary publications will be advertised free of charge provided two copies are offered.

Toda a correspondência relativa a anúncios e à assinatura do *Boletim Oficial* deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional. As publicações literárias de que se receberem dois exemplares anunciam-se gratuitamente.



SUBSCRIPTION RATES — ASSINATURA

	YEARLY (Annual)	HALF-YEARLY (Semi-annual)	QUARTERLY (Trimestral)
All 3 series) (As 3 series))	Rs. 40/-	Rs. 24/-	Rs. 18/-
I Series	Rs. 20/-	Rs. 12/-	Rs. 9/-
II Series	Rs. 16/-	Rs. 10/-	Rs. 8/-
III Series	Rs. 20/-	Rs. 12/-	Rs. 9/-

Postage is to be added when delivered by mail —
Acréscce o porte quando remetido pelo correio

GOVERNMENT GAZETTE

BOLETIM OFICIAL

SUPPLEMENT

(SUPLEMENTO)

GOVERNMENT OF GOA, DAMAN
AND DIU

Directorate of Accounts

General Letter

No. DA/I. T./2

Subject: Deduction of Income Tax from Salaries during 1963-64.

Sir,

In continuation of this office circular no. DA/I. T./1 dated 22-12-1962 communicated to all offices, the Government of India, Ministry of Finance (Department of Revenue)'s letter no. F.No. 29/2/63 — I. T. (A-I) dated 22-3-63 is reproduced below for information and guidance.

2. As the Indian Income Tax Act, 1961 has been extended to the Union Territory of Goa, Daman and Diu with effect from 1-4-63, all the employees including ex-Portuguese employees and those serving under autonomous bodies etc. have to deduct tax on income comprising of salaries, allowances, prerequisites etc. (Viz Goa Compensatory Allowance, Deputation Allowance, Family Allowance, Free Accommodation etc.) that will accrue during the year 1963-64 at the rates mentioned in the schedule to this office circular letter referred to in para 1 above read with the Government of India's letter dated 22-3-1963.

3. In respect of the deductions like pension and Anti T.B. contributions made from the salaries of ex-Portuguese employees no rebate should be calculated.

4. Such of the ex-Portuguese employees who have to pay income tax under the Income Tax Act 1961 need not deduct local tax on salaries and wages.

5. Income tax calculation statement showing the probable income under the head «salaries» and tax payable during

(Tradução)
GOVERNO DE GOA, DAMÃO
E DIO

Direcção de Contabilidade

Carta Circular

No. DA/I. T./2

Sumário: Dedução do «Income Tax» (imposto sobre o rendimento) dos vencimentos a serem abonados durante o ano de 1963-64.

Ex.^{ma} Sr.

Em aditamento à circular destes Serviços, n.º DA/I. T./1, datada de 22 de Dezembro de 1962, expedida a todas as Repartições, é a seguir reproduzida, para informação e orientação geral, a carta n.º F. N.º 29/2/63 — I. T. (A-1), do Ministério de Finanças (Serviços de Fazenda) do Governo da Índia, datada de 22 de Março de 1963.

2. Tendo o «Indian Income Tax Act, 1961», sido tornado extensivo ao território da União, de Goa, Damão e Diu, a partir de 1 de Abril de 1963, todos os funcionários, incluindo os nomeados pelo regime português cessante, ficam sujeitos ao desconto do imposto nos seus rendimentos, abrangendo vencimentos, gratificações, subsídios, etc. (isto é, subsídio de compensação, subsídio de destacamento, abono de família, alojamento gratuito, etc.) que perceberem durante o ano de 1963-64, segundo as percentagens mencionadas na lista apensa à carta circular destes Serviços, referida no parágrafo antecedente conjugado com o conteúdo da carta do Governo da Índia datada de 22 de Março de 1963.

3. Não será feita nenhuma isenção em relação aos descontos como compensação para aposentação, assistência aos funcionários tuberculosos, efectuados nos vencimentos dos funcionários nomeados pelo regime português cessante.

4. Os funcionários nomeados pelo regime português cessante que ficam sujeitos ao pagamento do «Income Tax» (imposto sobre o rendimento) ao abrigo do «Income Tax Act, 1961» não terão de descontar o imposto local nos seus vencimentos e salários.

5. Uma relação do cômputo do «Income Tax» (imposto sobre o rendimento) com indicação do vencimento provável sob a

the year 1963-64 should be attached to the pay bills for April, 63 payable on 1-5-1963.

G. M. Muzumdar, Director of Accounts.

Panjim, 19th April, 1963.

I am directed to invite a reference to this Ministry's letter No. 29(2)/62-IT(AI) dated the 26th July, 1962, on the subject of deduction of Income-tax from salaries paid during the year 1962-63.

The Finance Bill, 1963, introduced in the Parliament on the 28th February, 1963, provides *inter alia* the rate at which income-tax and super-tax is proposed to be levied for the year 1963-64. These rates will be applicable to the deduction of tax from salaries paid or payable during the financial year commencing from the 1st April, 1963 when the Finance Bill has been passed into law.

2. Under the Finance Bill, 1963, the rates of income-tax and super-tax remain the same as were in force during the financial year 1962-63. The rates of the *existing* surcharges also remain unchanged. However the Finance Bill, 1963 provides for the levy of an additional surcharge on income-tax which will result in an increase in the amount of tax deductible at source from salaries payable during the financial year 1963-64 as compared with the tax which would have been deductible in accordance with the rates applicable during the financial year 1962-63. The Finance Bill, 1963 has not yet been passed. Section 294 of the Income-tax Act, 1961, provides, in effect, that pending the passing of the Finance Bill, the provisions of the Finance Act of the preceding year or of the Finance Bill, whichever are more favourable to the assessee, shall be given effect to. Accordingly, the deduction of Income-tax and Super-tax (including surcharges) from salaries paid or payable during the intervening period up to the passing of the Finance Bill, 1963, into law should be made in accordance with the rates prescribed in the Finance (No. 2) Act, 1962. When the Finance Bill, 1963 is passed a further communication will be issued regarding the rates at which deduction of tax from salaries should be made thereafter.

3. In deducting the tax from salaries at the rates applicable under the Finance (No. 2) Act, 1962, the following points, *inter alia*, have to be kept in view.

- (i) No income-tax shall be payable on a total income which does not exceed Rs. 3000/-.
- (ii) The income-tax payable shall in no case exceed half the amount by which the total income exceeds Rs. 3000/-.
- (iii) The income-tax payable by an individual who is married and whose total income exceeds Rs. 20,000/- shall not exceed the aggregate of:
 - (a) the income-tax which would have been payable if the total income had been Rs. 20,000/-;
 - (b) half the amount by which the total income exceeds Rs. 20,000/-.
- (iv) The rebate of income-tax on account of life insurance premia, provident fund contributions and deposits made in a ten-year account or fifteen-year account under the Post Office Savings Bank (Cumulative Time Deposit) Rules, 1959, is admissible on amounts upto a maximum of one-fourth of the total income or Rs. 10,000/-, whichever is less.
- (v) No rebate of tax should be allowed by the persons responsible for paying the salary in respect of any donations for charitable purposes which qualify for tax rebate under section 83 of the Income Tax Act, 1961. However, rebate in respect of contributions made to the National Defence Fund may be allowed at source where deductions are made from the pay bills. While allowing the rebate at source, care should be taken to see that contribution for the year would not be less than the minimum limit of Rs. 250/- and that the amount of such total rebate does not exceed half the aggregate of the donations

designação de «vencimentos» e imposto a ser pago durante o ano de 1963-64, deverá acompanhar as folhas de vencimentos referentes ao mês de Abril de 1963, a serem pagas em 1 de Maio de 1963.

G. M. Muzumdar, Director de Contabilidade.

Pangim, 19 de Abril de 1963.

Solicita-se referência à carta deste Ministério N.º 29 (2)/62-IT (AI), datada de 26 de Julho de 1962, sobre o assunto do desconto do «Income Tax» (imposto sobre o rendimento) nos vencimentos pagos durante o ano de 1963-64.

O «Finance Bill, 1963», introduzido no Parlamento em 28 de Fevereiro de 1963, prevê, *inter alia*, as percentagens segundo as quais se propõe aplicar o «income-tax» e «super-tax» durante o ano de 1963-64. Essas percentagens serão aplicáveis tratando-se do desconto do imposto nos vencimentos pagos ou a serem pagos durante o ano económico-financeiro, com início em 1 de Abril de 1963, quando o «Finance Bill» for convertido em lei.

2. Ao abrigo do «Finance Bill, 1963», as percentagens do «income-tax» e «super-tax», continuam a ser as mesmas que estavam em vigor durante o ano económico-financeiro de 1962-63. As percentagens das sobretaxas existentes também mantêm-se inalteráveis. Contudo, o «Finance Bill, 1963», prevê a imposição de uma sobretaxa adicional no «income-tax», da qual resulta um aumento no quantitativo do imposto a ser descontado na origem dos vencimentos a serem pagos durante o ano económico-financeiro de 1963-64, comparado com o imposto que teria sido descontado de harmonia com as percentagens aplicáveis durante o ano económico-financeiro de 1962-63.

O «Finance Bill, 1963», não foi ainda convertido em lei. O artigo 294.º do «Income Tax Act, 1961», dispõe com efeito que, enquanto o «Finance Bill» não tenha força de lei, sejam aplicáveis aos colectados as disposições do «Finance Act» do ano precedente ou do «Finance Bill» que lhes sejam mais favoráveis. De acordo com tal o desconto do «income-tax» e «super-tax» incluindo sobretaxas nos vencimentos pagos ou a serem pagos durante o período intermediário, até a conversão do «Finance Bill, 1963» em lei, deverá ser feito de harmonia com as percentagens estabelecidas no «Finance (n.º 2) Act, 1962». Quando o «Finance Bill, 1963», for aprovado, será feita nova comunicação em relação às percentagens segundo as quais se deve fazer o desconto do imposto nos vencimentos, daí em diante.

3. Para efectuar o desconto do imposto nos vencimentos segundo as percentagens aplicáveis ao abrigo do «Finance (n.º 2) Act, 1962», devem ser tomados em consideração, *inter alia*, os seguintes pontos:

- (i) O rendimento total não excedente a Rps. 3000/- não ficará sujeito ao pagamento do «Income-Tax»
- (ii) Em nenhum caso o «Income-Tax» pagável será superior a metade da importância que exceder ao rendimento total de Rps. 3000/-.
- (iii) O «Income-Tax» a ser pago por qualquer indivíduo casado e cujo rendimento total seja superior a Rps. 20.000/-, não excederá a soma de:
 - (a) O «Income-Tax» que teria de ser pago caso o rendimento total fosse de Rps. 20.000/-.
 - (b) Metade da importância que exceder ao rendimento total de Rps. 20.000/-.
- (iv) A isenção do «Income-Tax» por conta de prémios de Seguros de Vida, Contribuições para o fundo de previdência e depósitos feitos a prazos de 10 ou 15 anos ao abrigo do «Post Office Savings Bank (Cumulative Time Deposit) Rules, 1959», é admissível em relação a importância até ao máximo de 1/4 do rendimento total ou Rps. 10.000/-, a que for menos dentre as mesmas.
- (v) Não será permitida nenhuma isenção do imposto por pessoas responsáveis pelo pagamento de salários em relação a quaisquer donativos para fins caritativos que estejam em condições de gozar da isenção do imposto ao abrigo do artigo 83.º do «Income-Tax Act, 1961». Contudo, a isenção poderá ser concedida em relação às contribuições feitas para o fundo de Defesa Nacional na origem e onde os descontos sejam feitos nas folhas de vencimentos. Ao conceder-se a isenção, na origem, deverá ser verificado se as contribuições para todo o ano não seriam inferiores ao limite mínimo de Rps. 250/- e que a importância total da isenção não excede metade do total dos donativos em relação aos quais a isen-

in respect of which the rebate is allowed. Disbursing officers should show the total contributions in the remarks column of the return under section 206 of the Income Tax Act, 1961.

- (vi) The deduction admissible for the maintenance of a conveyance will be allowed by the Income-tax Officer at the time of assessment. Relief in this regard should not be adjusted at the time of deduction of tax at source.
- (vii) The reliefs admissible to married persons and to persons who have one or more children dependent on them should be allowed for the full year if these conditions are fulfilled on the last day of that year.
- (viii) A divorcee should be treated as a married person if he/she has a child dependent on him/her; otherwise he/she should be treated as unmarried.
- (ix) A widow/widower is to be treated as a married person.

Yours faithfully,

G. R. Desai

Deputy Secretary to the Government of India

ção é permitida. Os oficiais encarregados do pagamento devem indicar o total das contribuições na coluna das observações da declaração prevista no artigo 206.º do «Income-Tax Act, 1961».

- (vi) O desconto admissível para a manutenção dum meio de transporte será permitido pelo Oficial do «Income-Tax» na altura do apuramento do rendimento para os efeitos do imposto. Qualquer dedução a este respeito não poderá ser tomada em consideração na altura de se efectuar o desconto do imposto na origem.
- (vii) As deduções admissíveis em relação aos casados e pessoas que tenham um ou mais filhos dependentes deles serão permitidas para o ano inteiro, se tais condições se verificarem no último dia daquele ano.
- (viii) Os divorciados deverão ser considerados como casados se tiverem um filho dependente dele ou dela. Caso contrário serão considerados como solteiros.
- (ix) Os viúvos ou viúvas devem ser considerados como casados.

De V. Ex.^a atentamente,

G. R. Desai

Secretário Adjunto do Governo da Índia.